

Algumas questões sobre as descrições demonstrativas dêiticas

Lovania Roehrig Teixeira

Sérgio de Moura Menuzzi

Submetido em 27 de março de 2015.

Aceito para publicação em 09 de dezembro de 2015.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 50, junho de 2015. p. 09-27

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

(a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.

(b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

(c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

(d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Sexta-feira, 15 de janeiro de 2016

23:59:59

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE AS DESCRIÇÕES DEMONSTRATIVAS DÊITICAS

SOME QUESTIONS ABOUT DEICTIC DEMONSTRATIVE DESCRIPTIONS

Lovania Roehrig Teixeira*
Sergio de Moura Menuzzi**

RESUMO: Este artigo apresenta duas das principais abordagens semântico-pragmáticas – Kaplan (1989a) e Wolter (2006) – para as descrições demonstrativas com usos dêiticos. A teoria de Kaplan, apesar de ter seus méritos, apresenta problemas para explicar os usos dêiticos em que as descrições demonstrativas não estão acompanhadas por demonstrações. Wolter (2006), por sua vez, dá conta desses usos com as noções de situação default e não-default no contexto da Semântica de Situações. No entanto, essas noções suscitam questões em alguns casos que apresentamos, entre eles, casos em que há dificuldades no estabelecimento das fronteiras entre os tipos de situações. Para algumas das questões levantadas, propomos soluções neste artigo; para outras, as respostas ficam para trabalhos futuros.

PALAVRAS-CHAVE: Demonstrativo; Semântica de Situações; Pragmática; restrição de domínio.

ABSTRACT: This paper presents two of the main semantic-pragmatic approaches – Kaplan (1989a) and Wolter (2006) – to demonstrative descriptions with deictic uses. Kaplan's theory, despite having its merits, has troubles explaining the uses in which the deictic demonstrative descriptions are not accompanied by demonstrations. Wolter (2006), in turn, gives an account of these uses with notions of default and non-default situations in the context of Semantic Situations. However, these notions raise questions in some cases we present, among them, cases in which there are difficulties in establishing the boundaries between types of situations. For some of the issues raised, we propose solutions in this paper; to others, the answers will be given in future works.

KEYWORDS: Demonstrative; Situation Semantics; Pragmatics; domain restriction.

1. Introdução

Muito se discute na Linguística sobre as semelhanças e diferenças semânticas entre os artigos definidos e os demonstrativos. Wolter (2006) é um dos autores que afirma que essas expressões singulares formam uma classe semântica natural. Apesar disso, há abordagens, como a de Kaplan (1989a), notáveis na Semântica e na Filosofia da Linguagem, que dizem que os demonstrativos, na verdade, se assemelham aos nomes próprios. Um dos aspectos que favorece o primeiro ponto de vista é o fato de que, em geral, os autores que o defendem se baseiam em análises que vão além do uso dêitico das expressões. Especificamente autores como Wolter (2006) verificam como se dão os outros usos desses itens, entre eles o uso anafórico e o chamado “uso descritivo”;

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Bolsista CAPES - DS: lovaniateixeira@gmail.com.

** Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Doutor pela Universidade de Leiden: smenuzzi@gmail.com.

enquanto que Kaplan (1989a) e os demais “referencialistas” tendem a abordar somente o uso dêitico dos indexicais puros e dos demonstrativos.

Neste texto, assumimos a concepção de Wolter (2006) de que existem semelhanças entre as descrições definidas e as descrições demonstrativas. No entanto, nos restringimos a analisar o comportamento semântico desses elementos no seu uso dêitico no português brasileiro (PB). Além disso, aceitamos que uma análise baseada na semântica de situações, como Wolter (2006) propõe, é adequada. No entanto, diferentemente da autora, sugerimos que o apontamento¹ não é responsável por gerar uma “substituição” e sim por exercer outra função: salientá-la. Nesse sentido, também nos opomos à abordagem de Kaplan (1989a), para a qual o apontamento é o elemento que fixa o referente, isto é, sem esse elemento não seria possível determinar a referência dos demonstrativos. Essa concepção é falsificada por meio de dados do PB em que o uso de demonstrativos não exige um gesto de ostensão associado.

A fim de expor nossas considerações e alguns dos problemas encontrados nas abordagens de Kaplan (1989a) e de Wolter (2006), organizamos este texto da seguinte maneira: na seção 2, apresentamos os principais aspectos da teoria de Kaplan para as expressões demonstrativas dêiticas; na seção 3, apresentamos a abordagem de Wolter para as descrições demonstrativas e descrições definidas dêiticas. Na seção 4, discutimos alguns casos de usos dêiticos das descrições definidas e demonstrativas, no PB, analisando-os por meio dos instrumentos oferecidos por Kaplan (1989a) e por Wolter (2006). Como essas análises não se mostram totalmente satisfatórias, apontamos possíveis reformulações em relação à semântica e à pragmática das descrições demonstrativas e definidas; e, também, salientamos as questões que permanecem para estudos posteriores.

2. Kaplan e sua abordagem para os demonstrativos

Kaplan (1989a) propõe uma das análises semântico-formais mais conhecidas para os termos dêiticos (ou indexicais). Para fins teóricos, ele faz uma distinção entre os dêiticos puros e os demonstrativos. Os dêiticos puros incluem palavras como ‘eu’, ‘agora’, ‘amanhã’, ‘ontem’, ‘aqui’. Esse tipo de expressão, como os dêiticos em geral, são expressões que obtêm seu valor semântico através de alguma característica do contexto (de proferimento); e, segundo Kaplan (1989a, p. 491), qualquer demonstração que ocorra durante o seu uso serve somente para enfatizá-los.

Os demonstrativos (ou “dêiticos impuros”), por sua vez, demandam um apontamento ou alguma outra demonstração da intenção referencial para a determinação de seu referente. Segundo Kaplan (1989a), *o apontamento é crucial para determinar o referente de um demonstrativo dêitico*².

¹ Apontamento/ostensão/demonstração é qualquer gesto físico (usando as mãos, a cabeça, os olhos, etc.) associado ao proferimento de uma descrição demonstrativa. Consultar Teixeira e Menuzzi (2015) para mais detalhes sobre o papel do apontamento na semântica das descrições demonstrativas.

² Em um artigo posterior, “Afterthoughts”, Kaplan (1989b) revisa sua teoria, afirmando que demonstrações não são inerentes à interpretação dos demonstrativos. Assim, ele passa a considerar “[...] directing intention [...] as criterial, and [...] the demonstrations as a mere externalization of this inner intention. The externalization is an aid to communication, like speaking more slowly and loudly, but is of no semantic significance” (p. 582).

A teoria de Kaplan (1989a) tem por objetivo dar conta dos dois tipos de expressões: dos demonstrativos e dos dêiticos puros. Para isso, Kaplan (1989a) lança mão da semântica de mundos possíveis e da teoria da referência direta.

Kaplan (1989a) propõe que os dêiticos são termos “diretamente referenciais”, ou seja, termos que se referem a um dado objeto sem nenhum tipo de mediação do “conteúdo descritivo” – i.e., sem a mediação de um “sentido” fregeano. E, por isso, são designadores rígidos (como os nomes próprios), isto é, os dêiticos são expressões “[...] whose referent, once determined, is taken as fixed for all possible circumstances – that is, is taken as being the propositional component” (KAPLAN, 1989a, p. 754)³.

Uma vez que os dêiticos são expressões que dependem do contexto de proferimento para determinar seus referentes, é preciso estabelecer como é formado o contexto. Kaplan (1989a) faz uma caracterização formal de contexto e, com base nela, define duas funções responsáveis pelo significado dos dêiticos: a função “caráter” e a função “conteúdo”. A seguir, apresentaremos sinteticamente todos esses elementos.

Um contexto kaplaniano é formado por um conjunto de coordenadas, representadas por meio da ênupla $\langle c_a, c_h, c_t, c_l, c_w \rangle$ ⁴. A partir da determinação das coordenadas do contexto, podem-se definir os valores das funções de “caráter” e “conteúdo”, as quais, por sua vez, são as responsáveis pelo significado dos dêiticos. O caráter é uma função que toma como *input* um dado contexto e produz como *output* um conteúdo. Por seu turno, o conteúdo toma como *input* um mundo possível e produz um valor semântico: o conteúdo é uma proposição⁵. A Figura 1 ilustra esse processo.

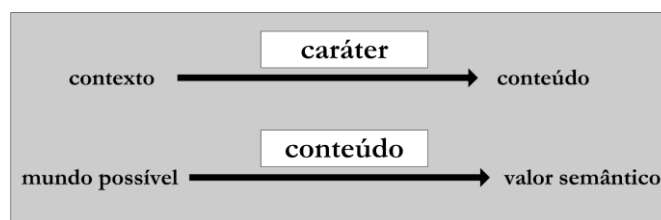


Figura 1- Esquema adaptado de Schlenker (2011, p. 7).

Tomando como exemplo a sentença em (1), abaixo, e tendo como contexto relevante $c^* = \langle c_a = \text{Pedro}, c_h = \text{Julia}, c_t = 2013, c_l = \text{Alpes}, c_w = w^* \rangle$, chegaremos aos seguintes caráter e conteúdo:

(1) S = **Eu** estou **aqui**

³ Por exemplo, considere a sentença abaixo:

(a) **Eu** poderia estar na aula.

Se o falante do contexto c , no contexto de proferimento de (a), é Pedro, Pedro será tomado como o referente de ‘eu’ em todos os mundos possíveis acessíveis a partir (do mundo) de c , pois o dêitico funciona como um designador rígido quanto relacionado a certo contexto. A ideia, *grosso modo*, é que dêiticos envolvem um contexto para determinar seu valor (seu referente). Após essa determinação, eles designam sempre o mesmo indivíduo em todos os mundos, por isso são similares aos nomes próprios, i.e., designam rigidamente.

⁴ Nessa notação, c_a, c_h, c_t, c_l, c_w representam, respectivamente, agente (i.e., falante), ouvinte, tempo, local e mundo do contexto c , que, segundo Kaplan (1989a), é sempre o contexto de proferimento. Note que essa ênupla pode ser aumentada para incluir objetos presentes no contexto e, assim, dar conta do uso de demonstrativos.

⁵ Para mais esclarecimentos, consultar Teixeira (2012) e Vogt (2013).

$$\begin{aligned}
 \text{Caráter (S)} &= \lambda c \lambda w [c_a \text{ está em } c_1] \\
 \text{Conteúdo (S)} &= [\text{Caráter (S)}] (c^*) (w^*) \\
 &= \lambda c \lambda w [c_a \text{ está em } c_1] (c^*) (w^*) \\
 &= \lambda w [\text{Pedro está nos Alpes}] (w^*)
 \end{aligned}$$

Em prosa, para (1), o caráter, como uma função que toma o contexto e produz o conteúdo, é igual ao agente do contexto estar na localização do contexto. Para sabermos o significado final da sentença, falta definir o conteúdo (uma função que toma um mundo possível⁶ e produz um valor semântico). O conteúdo da sentença em (1) é o caráter em relação a um mundo possível w^* , o que vai gerar um valor semântico (nesse caso, um valor de verdade). Portanto, o conteúdo de (1) é o conjunto de mundos em que Pedro está nos Alpes. E a sentença (1) será verdadeira se ‘Pedro está nos Alpes’ é verdadeira no mundo (do contexto) em que (1) é proferida⁷.

Levando esses elementos em conta, segundo Kaplan (1989a), tanto os dêiticos puros quanto os demonstrativos interpretados deiticamente não mantêm relações de escopo com outros operadores na sentença: sua contribuição proposicional é sempre um indivíduo – e não alguma propriedade ou conteúdo descritivo que possa interagir logicamente com outros elementos da sentença. Assim, uma sentença com demonstrativos sempre expressa uma proposição singular, i.e., uma proposição que contém um indivíduo como constituinte lógico. Em decorrência disso, esses elementos sempre são interpretados com referente fixo, como podemos observar pela sentença (2a), baseada nos exemplos de Kaplan (1989a).

(2) [João e Maria estão sentados lado a lado. O falante, que está atrás deles, aponta para o João e diz:]

a. Se João e Maria trocassem de lugar, **a pessoa para quem eu estou apontando** devia ser uma mulher.

b. Se João e Maria trocassem de lugar, **aquela pessoa** devia ser uma mulher⁸.

Em (2a), a descrição definida ‘a pessoa que estou apontando’ tem escopo estreito sob o escopo do modal ‘devia’. Nessa situação, o referente da descrição varia com os mundos possíveis, e a proposição pode ser verdadeira ou falsa a depender do mundo possível considerado; é, portanto, contingente. *Grosso modo*, a interpretação de (2a)

⁶ Assumimos que o mundo a ser considerado (salvo indicações ao contrário, como a presença de modais) é o mundo do contexto (c_w), que, no exemplo acima, é w^* .

⁷ De acordo com Kaplan (1989a), operadores (modais como ‘possivelmente’, verbos de atitude proposicional como ‘saber’, etc.) só podem manipular o *conteúdo* de um indexical, i.e., seu valor proposicional. Assim, segundo ele, em língua natural, só há operadores que atuam sobre o *conteúdo* (função composta por mundos possíveis), e não operadores que atuam sobre o *caráter* (função composta por contextos). Muitos autores (SCHLENKER, 1999, 2003, 2011; ANAND; NEVINS, 2004; ANAND, 2006; BASSO; TEIXEIRA, 2011; TEIXEIRA, 2012; TEIXEIRA; BASSO, 2013) mostram que a afirmação de Kaplan (1989a) não é correta, pois foram encontrados operadores atuando sobre o caráter dos indexicais em várias línguas, inclusive no PB.

⁸ O fato de o demonstrativo designar rigidamente não é consequência do uso do condicional; pois, segundo a abordagem de Kaplan (1989a), demonstrativos (e indexicais em geral) referem rigidamente mesmo quando não há condicionais. Por exemplo, se aponto para o Pedro e digo ‘**Aquele cara** podia ser uma mulher’, a proposição é, *grosso modo*, $\langle \text{Pedro, ser-mulher} \rangle$; por isso, para qualquer w , a sentença será F. Mas, se digo ‘**O homem para quem estou apontando** podia ser uma mulher’, a proposição é $\langle \text{demonstratum, ser-mulher} \rangle$; assim, dependendo de w , o *demonstratum* pode variar, e a sentença pode ser V ou F.

pode ser assim parafraseada: “Se João e Maria trocassem de lugar, em todo o mundo possível *w* em que *y* fosse a pessoa para quem estou apontando, *y* seria uma mulher”.

Segundo Kaplan (1989a), a descrição demonstrativa em (2b), ao contrário, refere rigidamente e tem seu referente determinado no nível pré-proposicional. Assim, o demonstrativo não mantém relações de escopo; e, por isso, seu valor semântico não varia com os mundos possíveis. O referente é fixado como sendo João (por ostensão); e, por isso, a sentença é falsa. Nessa situação, a paráfrase adequada da interpretação seria esta: “Se João e Maria trocassem de lugar, em todo o mundo possível *w*, João seria uma mulher”⁹.

Segundo Kaplan (1989a), os demonstrativos, apesar de serem termos diretamente referenciais, “[...] may be associated with full-blown Fregean senses used to fix the referent. But in any case, the descriptive meaning of a directly referential term is no part of the propositional content” (p. 756). Em outras palavras, para Kaplan (1989a), o conteúdo descritivo de uma descrição demonstrativa (assim, como as demonstrações associadas a ela) não entra no conteúdo proposicional: ele só serve para determinar o referente. Por exemplo, para o linguista, os termos ‘Aquele homem’ ou ‘Aquele homem com uma faca na mão esquerda e uma orelha na mão direita’ dão a mesma contribuição para a formação da proposição, i.e., contribuem com um indivíduo. Como isso seria possível? O paralelo que Kaplan (1989a) tenta traçar é entre o sentido fregeano e o papel da demonstração no uso dêitico dos demonstrativos. Ambos participam da determinação da referência (embora só o sentido fregeano faça parte das condições de verdade da proposição).

Nesse contexto, a demonstração teria função similar à função do sentido fregeano: se demonstrações “[...] are required to “complete” demonstratives, as a kind of description” (KAPLAN, 1989a, p. 768), elas funcionam como uma espécie de sentido, pois também fornecem um caminho para se chegar ao referente: o *demonstratum*. Em outras palavras, cada apontamento para um determinado indivíduo equivale a uma maneira de se determinar o referente, de modo semelhante ao que ocorre com o sentido fregeano.

Kaplan (1989a) resume sua teoria para os dêiticos demonstrativos do seguinte modo:

⁹ A concepção kaplaniana de que os dêiticos são designadores rígidos é questionada por autores como Nunberg (1993). Esse autor usa um exemplo similar à sentença abaixo, em que um dêitico pode **não** ser usado para referir a um indivíduo particular:

- (a) [Alguém apontando para o Papa Francisco, que é argentino, afirma:]
Ele costumava ser italiano.

A interpretação preferencial de (a) não é aquela que afirma que Francisco costumava ser italiano, mas sim a de que o Papa – seja ele quem for – costumava ser italiano. No entanto, para (a), a única leitura possível do demonstrativo dêitico dentro das bases defendidas pela teoria kaplaniana é aquela em que ‘ele’, acompanhado pelo gesto de apontamento para Francisco, gera a proposição ⟨Francisco, costumar-ser-italiano⟩, que é uma proposição incoerente, pois “x costumava ser italiano” não pode ser predicado de indivíduos particulares, como Francisco (aplica-se a indivíduos-tipo). Claramente, em (a) o demonstrativo contribui com uma descrição definida: ‘o Papa’. Para esse caso, *grosso modo*, a proposição estruturada é ⟨Papa, costumar-ser-italiano⟩, que é uma proposição verdadeira, já que a maioria dos antecessores de Francisco eram italianos. Alguns autores que desenvolveram abordagens para os usos descritivos de indexicais (NUNBERG, 1993; RECANATI, 2005; e ELBOURNE, 2008) propõem que a descrição que substitui o dêitico se dá pelo “papel” desempenhado pelo índice do dêitico.

Demonstratives are incomplete expressions which must be completed by a demonstration (type). A complete sentence (type) will include an associated demonstration (type) for each of its demonstratives. Thus each demonstrative, d , will be accompanied by a demonstration, δ , thus: $d[\delta]$. The character of a complete demonstrative is given by the semantical rule:

In any context c , $d[\delta]$ is a directly referential term that designates the demonstratum, if any, of δ in c , and that otherwise designates nothing. (KAPLAN, 1989a, p. 771 - 772).

Em suma, a teoria de Kaplan (1989a) somente busca dar conta dos usos dêiticos dos demonstrativos. Nela, os indexicais são apresentados como designadores rígidos e não mantêm relações de escopo nas sentenças em que aparecem.

3. Wolter: definidos e demonstrativos formam uma classe semântica

Tendo apresentado os principais aspectos da abordagem kaplaniana, que afirma que os demonstrativos são similares aos nomes próprios, apresentaremos, nesta seção, a abordagem de Wolter (2006), para quem (i) os demonstrativos são estruturas semelhantes às descrições definidas do ponto de vista semântico, e (ii) as demonstrações que acompanham os primeiros não são consideradas meios especiais para a definição do referente da expressão. Estamos interessados, principalmente, na concepção de Wolter (2006) para as descrições demonstrativas com usos dêiticos e no papel do apontamento na abordagem.

A afirmação de Wolter (2006) de que as descrições demonstrativas e definidas (bem como os pronomes) do inglês formam uma classe semântica natural¹⁰ se dá com base (i) na observação de que as possibilidades de relações de escopo desses elementos são as mesmas em ambientes extensionais, intensionais e quantificacionais; e (ii) no fato de essas expressões estarem todas sujeitas à condição de unicidade em relação a uma situação, já que a autora adota uma semântica de situações. As particularidades dessas expressões, por sua vez, estão ligadas ao tipo de situação em que os itens são avaliados¹¹. *Grosso modo*, as descrições demonstrativas são interpretadas em situações

¹⁰ Além de propor que descrições definidas e demonstrativas formam uma classe, a autora oferece um tratamento semântico unificado dos seus diferentes usos, isto é, seus usos dêiticos, anafóricos e descritivos. Nos usos dêiticos, as expressões dependem de informação extralinguística para a determinação do seu valor semântico, e.g., ‘**Esse guri** [apontando para Pedro] é muito chato!’; nos usos anafóricos, *grosso modo*, o referente da descrição demonstrativa depende de um antecedente linguístico, e.g., ‘Eu comprei um gato. **Esse gato** é tão fofo!’; e, finalmente, nos usos descritivos, segundo Wolter (2006, p. 41), as expressões referem a “a singleton set [...] on the basis of the descriptive content alone [...]”, e.g., ‘**That mother of John** is quite a woman!’.

¹¹ Um parecerista anônimo sugeriu que a pressuposição de distalidade seria um traço que distingue as descrições definidas das descrições demonstrativas. No entanto, estes dois componentes dêiticos devem ser distinguidos, e o modo como interagem ainda precisa ser mais bem compreendido. Por exemplo, ao comparar ‘that’, ‘this’ e ‘the’ do inglês, notamos que ‘the’ e ‘that’ não possuem pressuposições de distalidade (como a própria Wolter (2006) afirma, “[...] *that* [is] unmarked for distance from the speaker” (p. 102)), pois ambos podem ser usados, por exemplo, para se referirem a uma garrafa de vinho localizada na mesa em frente aos falantes: ‘**The/that wine** is wonderful!’. Sendo assim, dentro do próprio conjunto dos demonstrativos, há elementos que possuem e outros que não possuem essa pressuposição, o que não nos permite generalizar a diferença e aplicá-la aos artigos definidos. Para mais alguma discussão sobre a independência do componente dêitico que se refere às subsituações em relação aos traços de distalidade/proximidade, ver Teixeira e Menuzzi (2015).

não-*default* (SND), enquanto que as descrições definidas são interpretadas em situações *default* (SD). Adiante, discutiremos as diferenças entre os tipos de situações em detalhes.

Nos **usos dêiticos**, as descrições demonstrativas e definidas referem a uma entidade no entorno físico do contexto do enunciado¹², como em (3), proferida em um local em que há um único gato (cf. WOLTER, 2006, p. 26).

(3) **The cat/ that cat** is purring.

Como, para Wolter (2006), descrições definidas e demonstrativas podem ser agrupadas numa mesma classe semântica, entre outras coisas, pelas semelhanças nas relações de escopo, a autora defende que as descrições demonstrativas e as descrições definidas não mantêm relações de escopo nos seus usos dêiticos: seu escopo é fixo. Considere os seus exemplos:

(4) Every dog in my neighborhood, even the meanest, has an owner who thinks that **that dog** [apontando para Fido] is a sweetie.

Em (4), o demonstrativo tem escopo amplo sobre o NP (*noun phrase*) quantificacional ‘every dog’ em decorrência do apontamento para o Fido. Wolter (2006), ao afirmar a inércia de escopo dos demonstrativos dêiticos, concorda com Kaplan (1989a), para quem os indexicais com uso dêitico sempre denotam um indivíduo, e por isso, não interagem composicionalmente.

A descrição definida, por seu turno, só terá uma interpretação dêitica se houver um único cachorro (saliente) no contexto do enunciado, por exemplo, se o Fido estiver correndo no local e a sentença em (5) for proferida. Sendo dêitica, a descrição definida também terá escopo amplo sobre o quantificador universal.

(5) Every dog in my neighborhood, even the meanest, has an owner who thinks that **the dog** is a sweetie¹³.

Por conta da semelhança nas relações de escopo, a linguista faz a seguinte generalização: “Deitic uses of definite and demonstrative descriptions are scopally inert, taking widest scope”¹⁴ (WOLTER, 2006, p. 28).

Tendo estabelecido que as descrições definidas e demonstrativas mantêm as mesmas relações de escopo, o passo seguinte de Wolter (2006) é apontar as diferenças entre os determinantes demonstrativos e os definidos. Para isso, ela analisa em que

¹² É importante notar que estabelecemos diferenças entre o *contexto do discurso*, que é o contexto descrito pela sentença, e o *contexto do enunciado*, que é o contexto em que ocorre o proferimento da sentença. Por exemplo, na sentença ‘Passei na prova!’, dita por mim, o contexto do discurso e do enunciado podem coincidir, pois a sentença é avaliada no mundo “real” em ambos os casos. No entanto, a mesma sentença pode ser dita como parte de uma história ficcional; e, nesse caso, o contexto discursivo (avaliado no mundo ficcional) é diferente do contexto do enunciado (mundo “real”).

¹³ Aqui, o contexto parece exigir mais para que a sentença seja usada com sucesso: ele exige que haja um único cachorro saliente no contexto (e.g., correndo pela sala) e, também, que ele seja o “tópico” – por exemplo, os interlocutores estejam falando dele.

¹⁴ Apesar de Wolter (2006, p. 24) deixar claro que denomina os DPs (*determiner phrase*) que não têm ambiguidade de escopo (aqueles interpretados somente com escopo estreito – e.g., plurais nus do inglês – e aqueles interpretados somente com escopo amplo – e.g., nomes próprios) como sendo “escopalmente inertes”, é preciso ressaltar que essas expressões continuam tendo escopo – que é fixo; já as constantes individuais são expressões realmente inertes quanto ao escopo.

condições (quais pressuposições devem ser satisfeitas) esses elementos referem com sucesso.

Ela assume que as descrições demonstrativas e as descrições definidas devem satisfazer a pressuposição de unicidade (o conteúdo descritivo deve denotar um indivíduo único), traço presente nas entradas lexicais dos determinantes definidos e demonstrativos. Essa unicidade deve ser relativizada a situações, já que Wolter (2006) utiliza a semântica de situações (cf. KRATZER, 1989) em sua proposta.

Para realizar o processo de restrição contextual do domínio de referentes, Wolter (2006) se vale da ideia de que os predicados das sentenças (VPs (*verbal phrases*) e NPs) são interpretados em relação a situações (cada predicado possui uma posição argumental extra, que é saturada por uma “situação”). Levando isso em conta, uma apresentação mais formal da pressuposição de unicidade em relação aos NPs seria como a seguinte:

(6) Se $[_{DP} \text{det } [NP]]^{15}$ é uma descrição definida ou demonstrativa, então $[[[NP]]^s] = 1^{16}$ (i.e., a cardinalidade da denotação de NP em $s = 1$).

O conceito de situação adotado por Wolter (2006) é baseado em Kratzer (1989). Para a autora, uma “situação” é uma parte de um mundo possível, e um mundo possível é uma situação máxima. Por exemplo, se o conteúdo descritivo de ‘the cat’ é interpretado em relação a uma situação saliente no contexto, como mostra (7),

- (7) [Há um gato na sala. O falante comenta:]
 a. The cat is purring.
 b. $[[\text{the cat}]] = \lambda x. \text{cat}(x)(s)$

a variável livre de situação pode ser saturada pela situação correspondente ao contexto do enunciado, e o predicado ‘cat’ denota o conjunto constituído pelo único gato que está nesse contexto.

Em relação ao argumento de situação de cada predicado, a autora assume que é possível satisfazê-lo de dois modos:

- (i) Por meio de uma SD: situação ligada ao predicado principal de um enunciado. Uma SD corresponde à “situação geral” da sentença, i.e., à situação discursiva máxima da sentença.
 (ii) Por meio de uma SND: situação que é acessível, mas diferente da SD (trata-se de uma situação obtida pela *restrição* do domínio de referentes em relação à SD). Ela é uma parte própria ou uma subsituação da SD.

A partir do estabelecimento das noções de SD e SND, Wolter (2006, p. 63) propõe que os determinantes demonstrativos exigem que seu conteúdo descritivo seja interpretado em relação a uma SND (subsituação da SD), e o artigo definido exige que seu NP seja interpretado em relação às SDs (a mesma situação de avaliação do predicado principal da sentença). Assim, a linguista afirma que as descrições

¹⁵ Wolter (2006) assume que descrições, definidas e demonstrativas, são DPs que tomam NPs como complementos.

¹⁶ Nesta representação, utilizamos colchetes duplos, porque estamos nos referindo ao valor semântico do NP.

demonstrativas têm um traço pressuposicional adicional, i.e., são avaliadas numa SND (para as demais expressões, presume-se, como regra geral, que elas são interpretadas relativamente às SDs) ¹⁷.

Assim, em suma, (i) as descrições demonstrativas têm suas condições de unicidade satisfeitas em SNDs e (ii) as descrições definidas têm suas condições de unicidade satisfeitas em SDs, isto é, o conteúdo descritivo deve ser satisfeito por um único referente na situação discursiva.

Na abordagem de Wolter (2006), então, os determinantes demonstrativos e definidos recebem as seguintes entradas lexicais:

(8) $[[\textit{that}_n]]$: $\lambda P. P(s_n)$ é um conjunto unitário e s_n é uma situação não-*default*.
Se definido, ele denota $\lambda x.P(x)(s_n)$.

(9) $[[\textit{the}_n]]$: $\lambda P. P(s_n)$ é um conjunto unitário.
Se definido, ele denota $\lambda x.P(x)(s_n)$.

Em (8) e (9), o parâmetro n ligado à variável de situação (s_n) estabelece o tipo de situação em que s será avaliada: SND (s'') para descrições demonstrativas e SDs (s') para descrições definidas (cf. VOGT, 2013).

Em (10), abaixo, Wolter (2006) define que a SD (s') é aquela associada ao predicado principal da sentença. Assim, se há uma descrição definida na sentença, o predicado da descrição e o predicado principal serão avaliados em s' . Se a variável s não é ligada ao predicado principal, então a sentença é avaliada em dois tipos de situações: s'' para o predicado da descrição demonstrativa e s' para o predicado principal.

(10) Given a sentence A, a situation variable s is a default situation just in case it is bound in A. Otherwise, s is a non-default situation.

Sabemos que a SD é a mesma situação do predicado principal da sentença, mas como podem ser identificadas as SNDs, segundo Wolter (2006)? Segundo a autora, elas são definidas por fatores como *a saliência contextual* ou *as demonstrações do falante*. Conforme a autora, “Situations, like individuals, are salient if they are physically salient or recently evoked. A more precise characterization of how people organize their perceptions of the world and what factors influence salience is a problem for philosophers and psychologists” (WOLTER, 2006, p. 77). A explicação de como situações se tornam salientes (em casos de enunciados sem demonstração) não é muito precisa; Wolter (2006) só indica que situações salientes podem ser resultado de fatores de ordem física ou evocação recente. Em relação a enunciados com demonstração, a posição da autora é mais clara: cada apontamento estabelece uma nova SND.

Vamos aplicar, agora, a proposta semântica delineada por Wolter (2006) aos usos dêiticos dos demonstrativos e definidos em (11) e (12).

¹⁷ Conceitualmente, a ideia é introduzir um tipo de relativização semelhante à expressa pela inserção de mundos possíveis para capturar a noção de “modalidade”. Nesse caso, o “mundo possível *default*” corresponde ao mundo no qual o proferimento é realizado; e os não-*default* são aqueles que devem ser acessados para verificar a verdade de um proferimento contendo um operador de modalidade. No caso da introdução de situações para capturar a noção de “dêixis” de definidos ou demonstrativos, a “dêixis” é interpretada, aqui, como “unicidade situacional”, e esta unicidade é relativizada a diferentes “situações”.

- (11) [Apontando para um quadro, entre outros.]

Esse quadro está torto.

estar-torto ([ix. quadro(x, s'')], s')

Informalmente, 'quadro' é avaliado em s'', pois essa é a situação *não-default*; e o predicado 'estar-torto' é avaliado na situação *default* (s'), i.e., a descrição demonstrativa é avaliada numa s diferente da situação em que o predicado da sentença é avaliado. Desse modo, (11) é verdadeira se houver um único quadro na subsituação da situação do discurso (s'') que está torto em s'.

- (12) [Há um único quadro na sala.]

O quadro está torto.

estar-torto ([ix. quadro(x, s')], s')

Nesse caso, o NP 'quadro' é avaliado na mesma situação (s') do predicado principal da sentença. Assim, (12) é verdadeira se houver um único quadro que está torto na situação do discurso.

Como o demonstrativo, assim como o artigo, deve satisfazer a pressuposição de unicidade, 'quadro' denota um conjunto unitário relativo ao valor do parâmetro situacional que ele carrega, a depender do seu determinante – o demonstrativo muda o parâmetro de situação do seu nominal (em relação ao parâmetro do predicado principal da sentença), mas o definido não (sempre *default*).

Em (11), o valor do parâmetro de situação é estabelecido pelo apontamento para o quadro. Assim, gera-se uma subsituação (contida na SD – em que existem vários quadros) em que há somente um quadro. Nesse ponto, entra a pressuposição que só acompanha os determinantes demonstrativos: o conteúdo descritivo da descrição demonstrativa é relativizado a uma SND. Logo, a referência da descrição demonstrativa é determinada com sucesso.

Em (12), por sua vez, que só é aceitável, segundo Wolter (2006), num contexto em que há somente um quadro, o conteúdo descritivo que acompanha o artigo só pode ser avaliado numa SD. Como no contexto físico do enunciado há somente um quadro, o valor semântico (o quadro) da descrição definida é determinado.

Além de o apontamento estabelecer SNDs, conforme vimos para (11), segundo Wolter (2006), a saliência contextual também pode fazê-lo, como ocorre no caso a seguir:

- (13) [Em um restaurante lotado, um homem está falando muito alto ao telefone. Maria diz ao João:]

This man is annoying,

Wolter (2006) sugere que esse contexto contém uma subsituação saliente (diferente da situação do contexto do enunciado) composta por um homem que fala alto ao telefone. Surgindo uma subsituação, o uso de uma descrição definida é inadequado, ao menos no inglês. Considere (14).

- (14) # **The man** is annoying.

(14) é inapropriada, porque as descrições definidas só podem ser avaliadas em relação ao contexto do enunciado inteiro; focar numa subparte saliente não é uma opção.

Tendo discutido os principais aspectos da teoria de Wolter (2006) para os usos dêiticos das descrições definidas e demonstrativas, destacamos, em suma, entre os seus méritos, a união das descrições definidas e das descrições demonstrativas numa classe semântica, por conta das várias semelhanças – de escopo, da condição de unicidade, da gama de interpretações, etc. Além disso, aparentemente, a semântica de situações conforme reelaborada pela linguista oferece instrumentos para explicar as particularidades semânticas dos demonstrativos e descrições definidas do inglês na forma de uma noção única de dêixis como “unicidade situacional”.

4. As análises de Kaplan e Wolter aplicadas a casos dêiticos do PB

Nesta seção realizaremos análises, com os instrumentos que as abordagens de Kaplan (1989a) e de Wolter (2006) utilizam, de alguns casos de usos dêiticos das descrições definidas e demonstrativas do PB. Entre eles, casos canônicos com demonstrações associadas ao demonstrativo e outros, resultantes da saliência contextual. Queremos, com isso, verificar se o *status* do apontamento, defendido pelos autores, é adequado para os casos em questão, e quais os problemas enfrentados em cada uma das abordagens.

Com esse intuito e levando em conta os componentes linguísticos e extralinguísticos (apontamento), considere o par em (15):

(15) [Há vários cachorros na Redenção. Juca comenta com Julia:]

- a. **Aquele cachorro** tá machucado [apontando para um beagle].
- b. * **O cachorro** tá machucado.

Em princípio, a diferença entre (15a) e (15b) fica por conta da presença do apontamento no uso da descrição demonstrativa, que colabora de alguma maneira para satisfazer a condição de unicidade da expressão. (15b), mesmo com o auxílio do apontamento, não teria sua condição de unicidade satisfeita, pois o contexto físico inteiro do enunciado (parte visível do Parque da Redenção) é que deveria satisfazer essa condição. Por isso, a descrição definida em um contexto dêitico como esse não é adequada, ou no mínimo não é usual.

A análise de Kaplan (1989a), delineada na seção 1, explica o uso da descrição demonstrativa em (15), porque o autor assume que um demonstrativo dêitico só recebe valor semântico se vier acompanhado de um tipo de ostensão¹⁸.

Através dessa concepção, no uso dos demonstrativos dêiticos, os interlocutores só seriam capazes de estabelecer um valor semântico para os elementos linguísticos quando ocorresse algum tipo de gesto os acompanhando. Com essa ideia, Kaplan

¹⁸ Nas palavras de Kaplan (1989a, p. 753): “Some of the indexicals require, in order to determine their referents, an associated demonstration: typically, though not invariably, a (visual) presentation of a local object discriminated by a pointing. These indexicals are the true demonstratives, and ‘that’ is their paradigm. The demonstrative (an expression) refers to that which the demonstration demonstrates. I call that which is demonstrated the “demonstratum.” **A demonstrative without an associated demonstration is incomplete.**” (grifo nosso).

(1989a) consegue explicar o uso da descrição demonstrativa em (15a), já que nela ocorre um apontamento, e o gesto é o fixador do referente do demonstrativo ‘aquele cachorro’. Usando as funções que o filósofo propõe para a determinação do valor semântico das expressões linguísticas e a tupla contextual $c^* = \langle c_a = \text{Juca}, c_h = \text{Julia}, c_d = \text{cachorro machucado}, c_l = \text{Parque da Redenção}, c_t = 2014, c_w = w^* \rangle$, temos:

- (16) **S = Aquele cachorro** tá machucado
 Caráter (S) = $\lambda c \lambda w [c_d \text{ estar machucado em } w]$
 Conteúdo (S) = $[\text{Caráter (S)}] (c^*) (w^*)$
 = $\lambda c \lambda w [c_d \text{ estar machucado em } w] (c^*) (w^*)$
 = $\lambda w [\text{o cachorro apontado está machucado em } w] (w^*)$

Em relação à (15b), a teoria de Kaplan (1989a) não tem nada a dizer, pois o autor não aborda as descrições definidas. Mas o que se pode dizer, *grosso modo*, é que, nesse caso, a descrição definida não contribui com um único indivíduo para a proposição (já que há vários possíveis referentes no contexto); por isso, (15b) não é adequada para o contexto¹⁹.

Agora, analisando os DPs das sentenças em (15), informalmente, dentro da abordagem de Wolter (2006), teríamos para a descrição demonstrativa o seguinte raciocínio:

(17) [[aquele cachorro]]: o predicado ‘cachorro’ é avaliado na situação que acompanha o nominal, situação que é restringida pelo determinante demonstrativo e que deve ter um único indivíduo em seu domínio. A situação de avaliação do DP é uma subsituação da SD que é estabelecida e circunscrita pelo apontamento. Se o conteúdo descritivo do predicado e a condição de unicidade são satisfeitos na SND, então existe um único x , tal que x é cachorro na SND.

E, para a descrição definida, a análise seria aproximadamente a seguinte:

(18) [[o cachorro]]: o predicado ‘cachorro’ é avaliado na situação máxima do discurso (a SD). Entretanto, o predicado ‘cachorro’, em (15b), não se aplica a um único indivíduo no domínio contextual da SD. Sendo assim, a condição de unicidade não é satisfeita; logo, a descrição definida não pode ser usada adequadamente²⁰.

¹⁹ É necessário lembrar que, para Kaplan (1989a), o material descritivo da descrição demonstrativa dêitica não é componente proposicional, da mesma forma que o apontamento não o é. Assim, a teoria de Kaplan trata como similares as sentenças (a) e (b), abaixo.

(a) Eu conheço **essa**₁, mas não **essa**₂.

(b) Eu conheço **essa mulher à esquerda da mesa**, mas não **essa mulher perto da janela**.

No entanto, as sentenças não são só visualmente diferentes. Em (a), a ostensão é crucial para estabelecer cada um dos referentes dos demonstrativos, especialmente porque há ausência de material descritivo, ocasionando a dificuldade/impossibilidade de determinação dos referentes. Ao acrescentar mais material descritivo à sentença, o apontamento não é necessário (ou no mínimo, torna-se menos importante), como ocorre em (b).

²⁰ Um aspecto a ser ressaltado na análise de Wolter (2006) é que a autora propõe que, no uso do artigo definido, não há nenhum tipo de “marcação de localização” do referente em relação aos interlocutores.

Abaixo vamos verificar como as propostas de Wolter (2006) e de Kaplan (1989a) se comportam nos casos de usos dêiticos em que não é necessário o apontamento acompanhando a descrição demonstrativa²¹. Em (19) e (20), o referente está suficientemente saliente no contexto.

Em (19a), não é necessária nenhuma ostensão para que a descrição demonstrativa refira com sucesso; e, em (19b), observa-se que a descrição definida também é adequada:

(19) [Juca e Marta estão num restaurante tentando conversar. De repente, um homem, usando o microfone, promove algumas atividades do lugar. Perturbado pelo barulho, Juca faz uma cara de insatisfeito para Marta. Logo, o homem para de falar. Mas o sossego não dura muito tempo, e o homem repete os anúncios. Novamente, Juca faz uma cara feia para a Marta. Mais alguns minutos de silêncio, o homem reinicia seus anúncios. Sem paciência, Juca pergunta para Marta:]

- a. **O homem** não vai se calar?
- b. **Esse homem** não vai se calar?

Em (20), abaixo, as descrições, demonstrativa e definida, não são igualmente aceitáveis – a descrição definida em (a) é completamente adequada, mas a descrição demonstrativa em (b) não é: soa inadequada porque dela infere-se que o Presidente Francês não sabe que o tagarela é Chaves.²²

(20) [Numa reunião dos líderes mundiais, enquanto o Presidente dos EUA está discursando, o presidente venezuelano Hugo Chaves conversa animadamente com os seus vizinhos. O presidente da França olha na direção de Chaves e faz uma cara de que não está gostando daquilo. Mas, Chaves continua conversando. O discurso segue, e logo,

No uso do determinante demonstrativo, por outro lado, há essa marcação no léxico. Discutiremos alguns aspectos da marcação de localização nas descrições demonstrativas do PB ainda neste texto.

²¹ Chamamos atenção ao fato de que autores como Heim e Kratzer (1998, p. 239) endossam que é o apontamento que carrega a maior parte da responsabilidade de fixar a referência, ideia que se aproxima da concepção de Kaplan (1989a). Todavia, ao contrário do filósofo, elas ressaltam que, em certos casos, a fixação da referência também ocorre por outros meios (sem o auxílio de um apontamento), qual seja: nos casos em que o referente pretendido está suficientemente saliente no contexto de proferimento. Por exemplo, segundo as autoras, (a) pode ser proferida logo depois que um homem se levanta e sai de uma reunião (a saída do local torna o indivíduo saliente).

- (a) Estou feliz que **ele** foi embora.

Sob essas circunstâncias ‘ele’ denota, sem ambiguidade, o homem que acabou de sair da sala, i.e., o indivíduo mais saliente no contexto do enunciado. Segundo Heim e Kratzer (1998, p. 240), nesse tipo de situação “No previous reference to the same person need have been made; nor need the referent be physically present and available to be pointed at. **This too is classified as a ‘deictic’ use**” (grifo nosso).

²² Para alguns falantes, (20a) e (20b) são igualmente aceitáveis. Mas é importante notar que (20b) soa inadequada para alguns falantes porque o uso do termo ‘esse homem’, nesse caso, determina o referente (o Presidente Francês está se referindo a um indivíduo particular – saliente pelo seu comportamento), mas também insinua que o Presidente Francês não sabe que Hugo Chaves é Hugo Chaves – fato bastante improvável. Nesse caso, parece haver uma diferença entre “determinar o referente” e “identificar o referente” (no sentido de nomeá-lo).

escuta-se uma gargalhada de Chaves. Nesse momento, o Presidente da França pergunta ao seu vizinho:]

- a. **O homem** não vai se calar?
- b. ??**Esse homem** não vai se calar?

A abordagem de Kaplan (1989a) afirma que, em casos como (19b) e (20b), é impossível determinar um valor semântico para as descrições demonstrativas desacompanhadas de demonstração, i.e., o ouvinte da sentença não é capaz de identificar o referente da expressão. O mesmo pode ser afirmado em relação à descrição definida, ainda que a teoria kaplaniana não tenha sido elaborada para esse tipo de expressão. Nesse contexto, vemos que Kaplan (1989a), apesar de elaborar uma teoria que objetiva explicar todos os usos dêiticos dos indexicais e dos demonstrativos, enfrenta problemas para analisar adequadamente o tipo de uso dêitico encontrado em (19) e (20).

Em relação à abordagem de Wolter (2006), o primeiro aspecto que chama atenção nesses casos é o fato de as descrições definidas em (19a) e (20a), aparentemente, estarem sendo avaliadas em subsituações (SND) da SD, pela necessidade de a condição de unicidade ser satisfeita. Se as descrições estivessem sendo avaliadas nas SDs (o restaurante com todos os clientes e a reunião dos líderes mundiais com todos os presentes), haveria mais de um referente para satisfazer a descrição definida. Para que a referência não falhe, então, é preciso restringir o domínio de referentes para uma subsituação da SD. Mas essa manobra para as descrições definidas se contrapõe à afirmação de Wolter (2006) de que os artigos definidos não podem ser avaliados em uma situação diferente daquela em que o predicado principal da sentença é avaliado (SD).

Uma possível solução para esse problema teórico seria modificar a entrada lexical das descrições definidas, proposta por Wolter (2006), permitindo que as descrições sejam avaliadas em SND, do mesmo modo que as descrições demonstrativas. Porém, esse modo de proceder deixa inexplicado o fato de as descrições definidas não serem preferencialmente usadas na maioria das situações em que as descrições demonstrativas são, como a seguir:

(21) [Num restaurante lotado, um homem está gritando ao telefone. Maria olha para o marido e diz:]

- a. ??Meu Deus! **O homem** é um chato!
- b. Meu Deus! **Esse/Aquele homem** é um chato!

Se a mudança na entrada lexical das descrições definidas não é a solução, então talvez a concepção de SD – e, por consequência, de SND – na teoria de Wolter (2006) esteja insatisfatoriamente estabelecida, permitindo que a avaliação da descrição definida seja aparentemente feita numa SND.

Outra questão, em relação a Wolter (2006) surge do fato de a descrição demonstrativa servir para o contexto em (19), mas não para (20). Segundo Wolter (2006), somente a condição de unicidade deve ser satisfeita numa situação (tanto para descrições definidas quanto para descrições demonstrativas). No entanto, há algo a mais no contexto (20) que permite a ocorrência da descrição definida, mas não permite a

ocorrência da descrição demonstrativa. Qual é a condição adicional no uso da descrição definida que gera a inferência de que o falante da sentença conhece o referente da descrição? Por que a descrição demonstrativa é inadequada para o contexto em (20)?

Outro ponto que precisa ser esclarecido na teoria de Wolter (2006), e que se evidencia nos contextos em análise, diz respeito às “situações salientes”, isto é, quais situações contam como salientes, ou não, para que ocorra determinação da SND nos usos dêiticos dos demonstrativos. Em casos como (22), abaixo, em que há um apontamento, Wolter (2006) afirma que é o apontamento o instaurador da SND. Em casos em que não há apontamento, como (23), como definir qual é o instaurador da subsituação (saliente)? Uma sugestão de adequação teórica é indicar que, em (23), assim como ocorre com o apontamento em (22), há um elemento extralinguístico (por exemplo, comportamento inapropriado, tom de voz alto, roupa extravagante) chamando a atenção ou salientando a subsituação relevante. Assim, teríamos um paralelo na definição de subsituações dos usos dêiticos (com e sem apontamento) – subsituações são instauradas por meios extralinguísticos e, assim, temos saliência de uma subsituação.

(22) [Num restaurante lotado, o gerente aponta²³ para um casal próximo e diz a um dos garçons:]

Esse casal deve ser bem servido.

(23) [Num restaurante lotado, um casal próximo aos interlocutores está brigando escandalosamente. O gerente se aproxima do garçom e diz:]

Esse casal está chamando atenção dos outros clientes!

Outra questão que se coloca sobre a teoria de Wolter (2006) diz respeito ao papel que o apontamento desempenha na informação espacial característica dos usos dêiticos – proximidade e distalidade do falante ou do ouvinte. Suponha que o apontamento é o responsável pela dêixis espacial, i.e., pela interpretação de que o referente saliente está perto ou longe dos interlocutores. Assim, na sentença (23), em que não há apontamento, não haveria meios de transmitir a noção de distância no uso dêitico de ‘esse casal’. No entanto, para esse contexto, uma sentença como ‘**Aquele casal** está chamando atenção dos outros clientes!’ não seria aceitável, demonstrando que a dêixis espacial é uma concepção independente do papel do apontamento, i.e., a indicação da dêixis espacial é dada por outros aspectos e não (só) pelo apontamento. Por isso, é preciso que se esclareça qual o papel do apontamento nos usos dêiticos e a sua relação com a dêixis espacial.

Mais uma questão importante diz respeito ao exemplo (24), abaixo:

(24) [Maria e João conversam num restaurante quando um homem anuncia alto no microfone algumas promoções. Maria diz, desconfiada:]

a. Será que **esse chato**/?/?o **chato** vai ficar falando o tempo todo?

²³ Em casos como esse, o apontamento pode parecer grosseiro. Nesse sentido, observamos que aspectos como polidez são importantes na decisão por um ou outro modo de referir. Para evitar constrangimentos, o falante poderia optar por uma descrição demonstrativa com conteúdo descritivo adicional, como ‘esse casal perto do piano’.

[5 minutos depois, o homem volta a falar no microfone. Maria, já irritada, diz:]

b. Não é possível! **Esse chato/o chato** vai nos incomodar a noite inteira!

Como se nota em (24a), primeiro enunciado de Maria, a descrição definida é usada com pouca naturalidade; já a descrição demonstrativa é adequada para esse contexto. (24a) mostra que as condições pragmáticas satisfazem a noção do que Wolter (2006) chama de “SND” (sendo uma parte própria da SD) e a restrição de que as descrições definidas só sejam avaliadas em SD (situação geral do enunciado – o restaurante todo).

Aparentemente, em (24b), as condições pragmáticas são exatamente as mesmas – de modo que ainda se poderia dizer que o homem falando constitui o domínio de referentes da subsituação saliente da SD. No entanto, há uma importante diferença em (24b): a subsituação já havia sido mencionada recentemente e, ao que consta, permanece ativada. Essa diferença é suficiente para que o referente seja, agora, indicado por uma descrição definida. Pode-se dizer que a alteração contextual serve, de algum modo, para “promover” a SND (relevante em (24a)) em SD? Mas, note que a descrição demonstrativa em (24b) ainda é possível, o que indica que ela continua contando (também!) como uma subsituação. Além disso, em (24b), estamos diante de um uso anafórico ou um uso dêitico, ou ambos?²⁴

O exemplo (24), aliado ao caso em (20), coloca a questão de como traçar adequadamente as fronteiras entre SD e SND, e de como os graus de conhecimento ou familiaridade com a situação ou o referente intervêm na distinção – independentemente do fato de esse conhecimento ser “prévio compartilhado” (exemplo (20)) ou “criado contextualmente” (por anáfora ou não, cf. (24)).

Diante desses exemplos e das questões levantadas, delineamos as seguintes hipóteses para esclarecer as definições de SD e SND:

- (i) toda vez que estamos diante de um uso adequado de uma descrição definida, a interpretação da descrição é relativa à SD;
- (ii) toda vez que estamos diante de um uso adequado de uma descrição demonstrativa, estamos diante de uma interpretação relativa a uma SND.

Portanto, estudando os usos adequados das descrições definidas, podemos determinar o que caracteriza, pragmaticamente, uma SD; e observando os usos adequados das descrições demonstrativas, o que caracteriza uma SND dentro da abordagem de Wolter (2006).

Diante das questões e dificuldades apontadas nesta seção, nota-se que a teoria de Kaplan (1989a) não explica todos os usos dêiticos dos demonstrativos, porque a abordagem do autor não aceita que uma descrição demonstrativa refira com sucesso sem que esteja acompanhada por algum tipo de ostensão do falante. A abordagem de Wolter (2006), por sua vez, explica esses usos das descrições demonstrativas por meio das SNDs salientes, mas não deixa claro como essas situações tornam-se salientes, qual a contraparte do apontamento nos usos em que há saliência de subsituações sem

²⁴ Como bem lembrou um dos pareceristas, para autores como Roberts (2002), dêixis e anáfora são instâncias do mesmo fenômeno: há a **dêixis extralinguística** em que o termo refere a um elemento no contexto físico do proferimento e a **dêixis textual** (ou anáfora) em que o termo refere a um elemento da superfície textual.

apontamento e qual o limite entre SDs e SNDs. Esse último aspecto é mais claramente observado quando as descrições definidas são avaliadas em aparentes subsituações, aspecto negado pela teoria de Wolter (2006).

5. Conclusão

Este artigo analisou como as abordagens de Kaplan (1989a) e de Wolter (2006) lidam com alguns casos de usos dêiticos das descrições demonstrativas do PB. Assim, apontou algumas das questões e dificuldades que envolvem essas abordagens e esboçou, para alguns casos, uma solução teórica.

Em relação ao apontamento nos usos dêiticos, comparando a concepção de Kaplan (1989a) à de Wolter (2006), verificamos uma mudança teórica, na verdade. Para a autora, o apontamento não contribui no estabelecimento da referência e sim no estabelecimento de uma subsituação. A partir dessa subparte da situação, então, a condição de unicidade deve ser satisfeita, para que, em consequência, a referência ocorra com sucesso. Wolter (2006), portanto, propõe que o apontamento é um instrumento indireto para o estabelecimento do referente. Enfatize-se, por outro lado, que, embora indireto, o apontamento tem um papel real na teoria: é um dos elementos pragmáticos que distinguem uma SD de uma SND. Já Kaplan (1989a) propõe que o apontamento é o único e mais importante fixador do referente dos dêiticos demonstrativos.

Em relação aos usos dêiticos das descrições demonstrativas analisadas – com e sem demonstração associada –, a abordagem de Kaplan (1989a) é a mais problemática, principalmente porque, segundo o filósofo, uma descrição demonstrativa sem apontamento não possui valor semântico completo. No entanto, conforme vimos, é possível, sim, que se determine o valor semântico de uma descrição demonstrativa não associada a uma demonstração, o que mostra que a afirmação kaplaniana está equivocada.

No que diz respeito à abordagem de Wolter (2006), apesar de a teoria da autora ser mais ampla e elegante do que a de Kaplan (1989a), já que dá conta dos usos em que a demonstração é necessária e dos usos em que ela não é, ainda ficam algumas lacunas teóricas para preencher, ao menos para casos do PB. Relembrando duas das questões levantadas: (i) qual o limite teórico entre SD e SND nos contextos em que não ocorre o apontamento? e (ii) nesses mesmos casos, qual seria o elemento pragmático equivalente ao apontamento (o instaurador de subsituações)?

Algumas sugestões e hipóteses para essas dificuldades foram esboçadas: no caso de (i), sugeriu-se que, quando uma descrição demonstrativa é adequadamente usada, estamos diante de uma SND; e, quando uma descrição definida é adequadamente usada, estamos diante de uma SD; no caso de (ii), cogitou-se que o apontamento é, na verdade, um salientador de subsituações; e, nos usos em que ele não ocorre, outro elemento extralinguístico ocupa essa função pragmática – no caso do Presidente Chaves, o seu comportamento inapropriado salienta a subsituação que o contém; no caso do homem gritando ao telefone, é o tom de voz inapropriado que torna a subsituação que o contém notável, e assim por diante. Em resumo, nossa proposta é que uma SND não é apenas uma subsituação qualquer da SD: é uma subsituação “saliente” no sentido de ser “tópica”, isto é, de estar “ativa” como objeto de discurso para ambos os interlocutores. Essa revisão na proposta de Wolter (2006) unifica usos de demonstrativos dêiticos com

e sem o uso concomitante de apontamento, e elabora de forma mais clara a noção de SD e SND.

Pelo que foi exposto, podemos afirmar que a abordagem de Wolter (2006) é mais abrangente e, por isso, um instrumento mais adequado para a análise dos usos dêiticos das descrições demonstrativas do PB. Apesar disso, conforme vimos, há aspectos a serem melhorados na abordagem da autora. Mas, com os pontos formulados aqui, podemos dizer que houve sucesso no esclarecimento de algumas questões. As questões ainda sem resposta ficam como dicas de trabalhos posteriores. O importante é mostrar que a teoria de Wolter (2006), apesar de parecer adequada para uma análise semântica dos usos dêiticos das descrições demonstrativas, ainda precisa ter certos itens, como os que apontamos aqui, mais bem esclarecidos.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, Barbara. *Reference*. New York: Oxford University Press, 2010.
- ANAND, Pranav. *De De Se*. 2006. 170 f. Tese (Doutorado) – Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, USA.
- ANAND, Pranav; NEVINS, Andrew. Shifty operators in changing contexts. In: YOUNG, Robert (Ed.) *Proceedings of semantics and linguistic theory XIV*. Ithaca: CLC Publications, Cornell University, p. 20-37, 2004.
- BASSO, Renato Miguel; TEIXEIRA, Lovania Roehrig. Monstros no discurso (meta)ficcional. *Revista Letras (UFPR)*, v. 83, p. 133-162, 2011.
- BASSO, Renato Miguel; TEIXEIRA, Lovania Roehrig; VOGT, Diego Rafael. Indexicais. In: CRUZ, R. T. da. *As interfaces da gramática*, v. 1, Curitiba: CRV, p. 53-72, 2012.
- ELBOURNE, Paul. Demonstratives as individual concepts. *Linguistics and Philosophy*, v. 31, p. 409-466, 2008.
- HEIM, Irene; KRATZER, Angelika. *Semantics in generative grammar*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.
- KAPLAN, David. Demonstratives. [1989a] In: DAVIS, Steven; GILLON, Brendan S. (Eds.). *Semantics: a reader*. New York: Oxford University Press, p. 749-798, 2004.
- _____. Afterthoughts. In: ALMOG, Joseph; PERRY, John; WETTSTEIN, Howard (Eds.). *Themes from Kaplan*. New York: Oxford University Press, 1989b. p. 564-614.
- KRATZER, Angelika. An investigation of the lumps of thought. *Linguistics and Philosophy*, v. 12, p. 607-653, 1989.
- KRIPKE, Saul. *Naming and Necessity*. USA: Harvard University Press (1ª ed. 1972), 1980.

- MOUNT, Allyson. The impurity of ‘pure’ indexicals. *Philosophical Studies*, v. 138, p. 193-209, 2008.
- NUNBERG, Geoffrey. Indexicality and deixis. *Linguistics and Philosophy*, v. 16, p. 1-43, 1993.
- RECANATI, François. Deixis and anaphora. In: SZABÓ, Zoltán Gendler (Ed.). *Semantics vs. pragmatics*. Oxford: Clarendon Press, p. 286-316, 2005.
- ROBERTS, Craige. Demonstratives as definites. In: van DEEMTER, Kees; KIBBLE, Rodger (Eds.). *Information sharing*. Stanford, CA: CSLI, 2002.
- SCHLENKER, Philippe. *Propositional attitudes and indexicality: a cross-categorial approach*. 1999. 209 f. Tese (Doutorado) – Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, USA.
- _____. A plea for monsters. *Linguistics and Philosophy*, v. 26, p. 29-120, 2003.
- _____. Indexicality and De Se Reports. In: HEUSINGER, Klaus von; MAIENBORN, Claudia; PORTNER, Paul (Eds.) *Semantics: an international handbook of Natural Language Meaning*. Berlin: Mouton de Gruyter, v. 2, p. 1561-1604, 2011.
- TEIXEIRA, Lovania Roehrig. *Indexicais e operadores-monstros no Português Brasileiro*. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis, SC.
- TEIXEIRA, Lovania Roehrig.; BASSO, Renato Miguel. Verbos meteorológicos, indexicais e monstros espaciais. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, UNICAMP, v. 55, n. 2, 2013.
- TEIXEIRA, Lovania Roehrig; MENUZZI, Sergio de Moura. Formal demonstrations with deictic demonstratives: in defense of Wolter’s notion of non-default situation. *ReVEL*, v. 9, p. 33-61, 2015.
- VOGT, Diego Rafael. *Por um tratamento semântico das descrições demonstrativas*. 2013. 141 p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis, SC.
- WOLTER, Lynsay Kay. *That’s that: the semantics and pragmatics of demonstrative noun phrases*. 2006. 227 f. Tese (Doutorado) – University of California, Santa Cruz.